

Entidades privadas podem perder subvenção social

As subvenções destinadas às escolas particulares, que totalizaram 106,32 milhões de dólares nos últimos quatro anos, são ilegais. O relatório final da CPI do Orçamento vai proibir os repasses de recursos para universidades particulares e prefeituras. As escolas particulares estavam aplicando as subvenções — destinadas em princípio às bolsas escolares — em grande parte para ampliar o seu patrimônio ou até aumentar as contas bancárias de seus proprietários.

“Vamos solicitar a suspensão dos repasses ilegais” afirmou o

deputado Paulo Bernardo (PT-PR), tendo como base a Lei nº 4.320, que regulamenta a transferência de recursos das subvenções. De acordo com a lei, os recursos destinados às escolas particulares devem ser aplicados em assistência social, médica ou educacional. Ou seja, as bolsas de estudos para alunos carentes que deveriam ser concedidas com uma contrapartida da instituição beneficiada. O deputado Bernardo informa que 90 por cento das instituições particulares de ensino superior não estão cumprindo esta determinação legal.